

Comunicação nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)

O Grupo Endress+Hauser (adiante designado por Endress+Hauser”, “nós”, “nos”, “nossos”) considera de grande importância a proteção dos vossos dados pessoais. Por esse motivo orientamos a atividade da empresa de modo a estar em conformidade com as regras legais relativas à proteção de dados e à sua segurança.

Esta Comunicação aplica-se a todas as empresas afiliadas do Grupo Endress+Hauser na União Europeia e no Espaço Económico Europeu. A sua aplicação soma-se à aplicação da Política Geral de Proteção de Dados, globalmente válida e aplicável em caso de conflito.

1. Responsabilidade

Detalhes acerca do responsável dentro da Endress+Hauser de acordo com o RGPD e informação adicional relativa à autoridade de supervisão competente podem ser encontrados no nosso *website*.

O responsável interno pela proteção dos dados ou Encarregado de Proteção de Dados, caso um seja designado, pode ser contactado através da morada indicada no *website*, sobre o título “Responsável da Proteção de Dados”, ou através de endereço de *e-mail*, que seja disponibilizado.

2. Fins do tratamento, base legal

A Endress+Hauser trata os dados pessoais de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia e na legislação nacional:

- a. Para o cumprimento de obrigações contratuais (Art. 6º nº 1, alínea b) RGPD)**
especialmente no que toca a encomendas de clientes, fornecedores, parceiros e trabalhadores.
- b. Para salvaguarda de interesses legítimos num contexto de equilíbrio de interesses (Art. 6º nº 1 alínea f) RGPD)**
Consoante o alcance necessário, nós processamos os dados para além das obrigações contratuais de modo a salvaguardar os nossos interesses legítimos ou os interesses legítimos de terceiros. Estão em causa, essencialmente:
 - A passagem de dados dentro do Grupo Endress+Hauser
 - Publicidade e pesquisa de mercado, salvo se houver objeção ao uso desses dados

- Análise e otimização dos procedimentos para avaliação das necessidades e para discussão direta com o cliente, incluindo a segmentação e cálculo das probabilidades de fecho
- Afirmar reivindicações legais e defesa de litígios legais
- Garantir a segurança das Tecnologias da Informação (*IT security*)
- Videovigilância para a salvaguarda de direitos patrimoniais e proteção de propriedade contra vandalismo e furto
- Medidas de segurança da construção e do local (e.g. controlo de acesso)
- Medidas para salvaguarda de direitos patrimoniais
- Medidas para a gestão de negócios e desenvolvimento de produtos e serviços
- Avaliação do risco dentro do Grupo

c. Com base no consentimento (Art. 6º nº 1 alínea a) RGPD)

Quando nos for autorizado o processamento de dados de pessoas para determinado fim (e.g. filmes e fotografias, *newsletters*), o consentimento é a base legal de tal processamento.

O consentimento pode ser retirado a qualquer momento. Esta regra também se aplica à retirada de consentimento de qualquer dado pessoal fornecido antes da entrada em vigor do RGPD, i.e. antes de 25 de Maio de 2018.

A retirada do consentimento só tem efeitos para futuro. Dados processados antes da retirada do consentimento não são afetados.

d. No cumprimento de obrigação legal (Art. 6º nº 1 alínea c) RGPD) ou interesse público (Art. 6º nº 1 alínea e) RGPD)

A Endress+Hauser está sujeita a várias obrigações legais e regulamentares (v.g. verificação da listas anti-terrorismo, legislação de prevenção ao branqueamento de capitais). Os objetivos deste incluem a verificação e o reporte de obrigações relacionadas com impostos e segurança social, prevenção de fraude e branqueamento de capitais e cálculo e avaliação de riscos dentro do Grupo Endress+Hauser.

3. Quem recebe os meus dados?

O responsável da respetiva empresa do Grupo Endress+Hauser, terá acesso aos dados pessoais, aqueles que necessitam de acesso aos mesmos para o cumprimento de obrigações contratuais e legais, assim como para salvaguarda dos interesses legítimos.

Empresas afiliadas ao Grupo Endress+Hauser, prestadores de serviços e respetivos substitutos por nós designados, autoridades públicas e terceiros poderão ter acesso aos dados para os mesmos propósitos.

Em particular, quem poderá ter acesso aos dados são os seguintes destinatários ou destinatários que ofereçam os seguintes serviços:

- Empresas afiliadas ao Grupo Endress+Hauser

- O *InfoServe* da Endress+Hauser, enquanto central de dados
- Terceiros *Cloud* e *ASP Providers* (técnicos e prestadores de serviços relacionados com servidor, aplicações ou “nuvem”)
- Entidades públicas no que toca à conformidade com obrigações e regulações legais, v.g. autoridades financeiras, instituições da segurança social. agentes da autoridade
- Processamento de informação bancária
- Suporte e manutenção de computadores e aplicações informáticas
- Arquivo
- Processamento de documentos
- Serviços de *call center*
- Serviços de manutenção da conformidade legal
- Fins de triagem de dados para cumprimento de políticas de prevenção lavagem de dinheiro
- Destruição e eliminação de dados
- Serviços de auditoria
- Empresas de *Leasing*
- Prestadores de serviços de verificação de crédito
- Empresas de cobrança de dívidas
- Processamento de pagamento por cartão bancário (cartão de débito ou cartão de crédito) e pagamento de transações
- Publicidade
- Tecnologia dos meios de comunicação
- Relatórios
- Manutenção do *website*
- Seguradoras

4. Os dados serão transferidos para um país terceiro ou um organização internacional?

Os dados só serão transferidos para países fora da União Europeia ou da Zona Económica Europeia (“países terceiros”) quando necessário para a execução de encomendas (v.g. produção, logística), quando seja legalmente necessário (v.g. cumprimento de obrigações fiscais), caso exista consentimento ou para finalidades de processamento de dados de âmbito contratual. Os dados podem ainda ser trocados com empresas afiliadas ao Grupo Endress+Hauser em países terceiros, incluindo especialmente a Suíça.

Quando seja necessária a contratação de serviços em países estrangeiros, para além de instruções escritas, a mesma será feita de acordo com as cláusula contratuais gerais em conformidade com os níveis de proteção aplicáveis na União Europeia. Foram realizados acordos contratuais com empresas afiliadas ao Grupo Endress+Hauser.

5. Durante quanto tempo vão os meus dados ser guardados?

O processamento e armazenamento de dados pessoais será realizado enquanto for necessário para cumprimento de obrigações resultantes de contrato ou de lei. Os dados pessoais serão apagados quando não sejam necessários para os fins elencados. É possível que os dados sejam armazenados enquanto decorrerem processos de queixas contra a empresa (o período legal varia entre os três e os cinco anos). Os dados serão ainda guardados enquanto for legalmente obrigatório o seu armazenamento. A legislação fiscal e comercial impõe obrigações de documentação e retenção.

6. Quais são os meus direitos de proteção de dados?

Cada titular de dados pessoais tem o direito a aceder à informação, nos termos do art. 15º do RGPD. Sujeito a certas condições, cada titular de dados tem o direito à retificação dos seus dados, nos termos do art. 16º do RGPD, tem direito à limitação do tratamento dos seus dados, nos termos do art. 18º do RGPD e também o direito ao apagamento dos seus dados, nos termos do art. 17º do RGPD. Mais ainda, cada titular de dados tem direito a receber a sua informação prestada de forma estruturada, em formato digital de uso comum, acessível e legível (direito à portabilidade dos dados) de acordo com o art. 20º do RGPD, desde que tal processamento seja feito por meios automáticos e exista consentimento para tal.

Relativamente ao direito à informação e ao apagamento dos dados, às empresas do Grupo Endress+Hauser com instalações registadas na Alemanha, têm aplicação as Secções 34 e 35 da Lei Federal Alemã de Proteção de Dados.

Cada titular de proteção de dados tem direito a fazer reclamação à autoridade supervisora competente, em especial no Estado-Membro da sua residência, local de trabalho ou local da ocorrência de alegada violação de proteção de dados (Art. 77º RGPD). Mais informações acerca da autoridade supervisora competente podem ser encontradas no nosso *website*.

Pode ser revogado, pelo titular de dados, o consentimento para o tratamento de dados a qualquer altura. Esta regra também se aplica à revogação de declarações de consentimento realizada antes da aplicação do RGPD, i.e. antes de 25 de Maio de 2018. A revogação ou a retirada de consentimento só tem efeitos futuros. Dados processados anterior à revogação ou retirada de consentimento não são afetados.

7. Direito de oposição

Para além dos direitos acima indicados, o titular de dados têm ainda direito de oposição nos termos de seguida elencados.

Informação sobre o direito de oposição nos termos do art. 21º do RGPD

1. Direito de oposição em relação a um caso específico

O titular de dados tem o direito de se opor a qualquer altura, com fundamento na sua situação específica, ao processamento dos seus dados com base no art. 6º nº 1 alínea e) RGPD (processamento de dados de interesse público) e no art. 6º nº 1 f) (processamento de dados para finalidades de interesse legítimo); está aqui incluída a definição de perfis prevista no art. 4º parágrafo 4 do RGPD. Em caso de objeção, os dados pessoais não serão alvo de processamento, salvo caso seja possível demonstrar fundamento legítimo para o processamento que seja superior ao interesse do opositor, aos seus direitos e liberdades, ou se mostre que o processamento serve para o estabelecimento, exercício e defesa contra litígios legais.

2. Direito de oposição contra processamento de dados para fins de publicidade

Em casos individuais, os dados podem ser usados diretamente para finalidades publicitárias. O titular dos dados pode opor-se a qualquer altura do processamento de dados para finalidades publicitárias; também aqui se inclui a definição de perfis relacionada com *marketing* direto. Em caso de objeção contra o processamento de dados para finalidades publicitárias e de *marketing* direto, os dados do titular não serão utilizados para tal finalidade.

A oposição pode ser realizada sem qualquer formalidade, à pessoa indicada na Secção 1.

8. Direito de queixa

O titular dos dados tem o direito de apresentar queixa junto da pessoa indicada na Secção 1 ou junto da autoridade supervisora, especialmente no Estado-Membro da sua residência habitual, local de trabalho ou no local onde a violação de proteção de dados alegadamente ocorreu (Art. 77º RGPD).

9. Até que ponto é que as decisões são feitas de forma automática?

No estabelecimento e manutenção de relações comerciais, tendem a ser evitados procedimentos de tomada de decisões totalmente automatizados, nos termos do art. 22º RGPD. Caso tais métodos sejam pontualmente utilizados, os titulares serão informados na medida em que tal for legalmente obrigatório.

10. É realizada a definição de perfis?

Alguns dos dados são processados de forma automática, com o objetivo de avaliar certos aspectos pessoais (definição de perfis). A definição de perfis é utilizada nos seguintes casos:

- Devido a obrigações legais, é obrigatório confronto de dados com aqueles constantes das listas anti-terroristas.

- São utilizadas ferramentas de avaliação de modo a notificar e aconselhar os trabalhadores acerca dos produtos da empresa.
Este procedimento permite que a comunicação e o *marketing* sejam adaptados às necessidades da empresa.